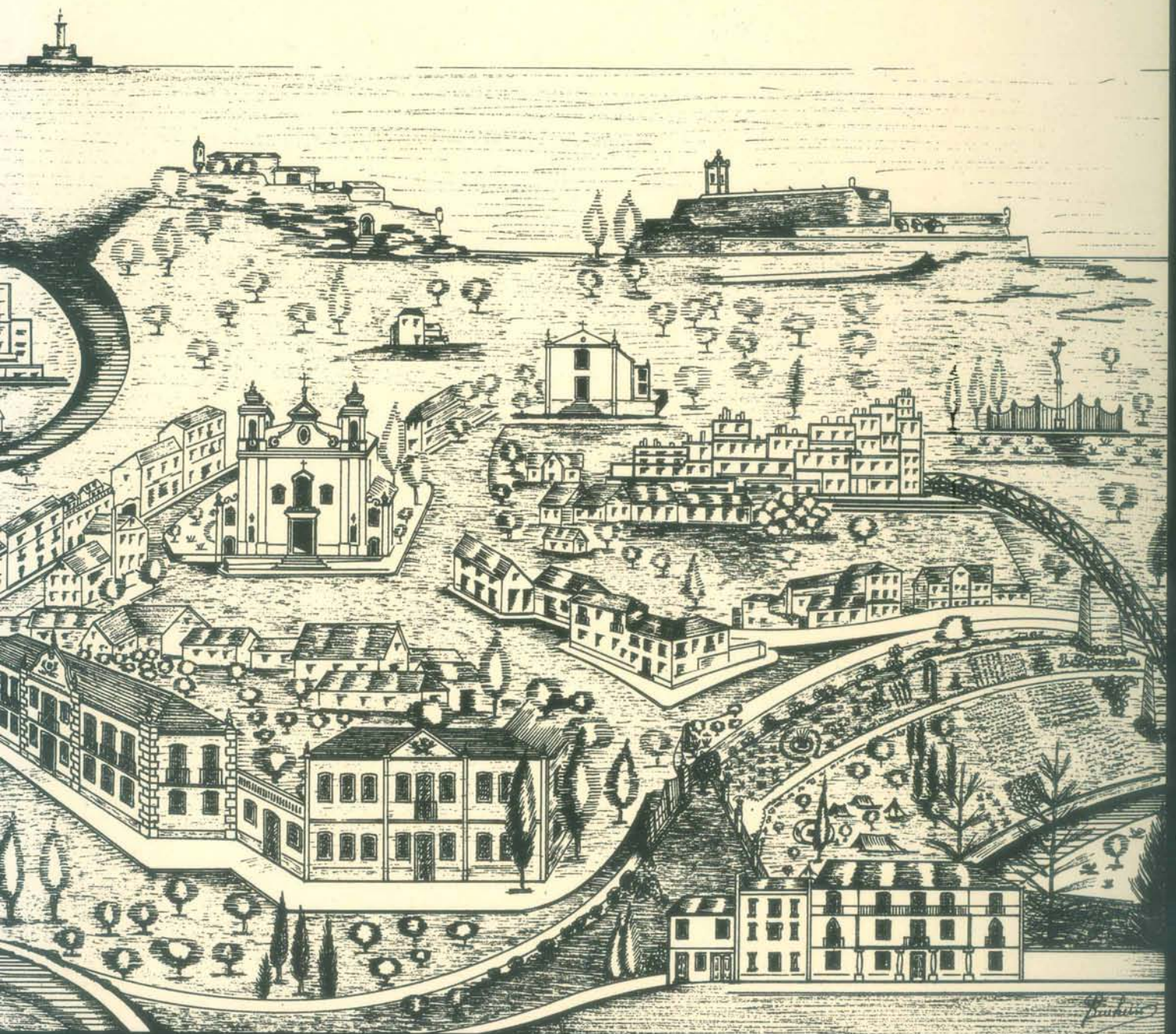


RETRATOS DE OEIRAS



Título: **Retratos de Oeiras**

Propriedade e Edição: **DSA Comercial, Lda.**

Coordenação Geral: Mário Núncio Crispim e Pedro Vasconcelos Lobo

Direcção comercial e supervisão gráfica: Mário Núncio Crispim

Estrutura e pesquisa: Pedro Vasconcelos Lobo

Textos: **Rodrigo Soares**

Desenho da Capa: João António Pinheiro

Revisão de Textos: Ana Gaspar Pinto

Concepção Gráfica: Pedro Baptista / DSA

Fotografia: Arquivo da C.M.O. • Pedro Baptista • Pedro Lobo • Mário Crispim • Henrique Seruca

Fotolito: **ID Design / CSM**

Montagem: CSM

Impressão: **Sogapal**

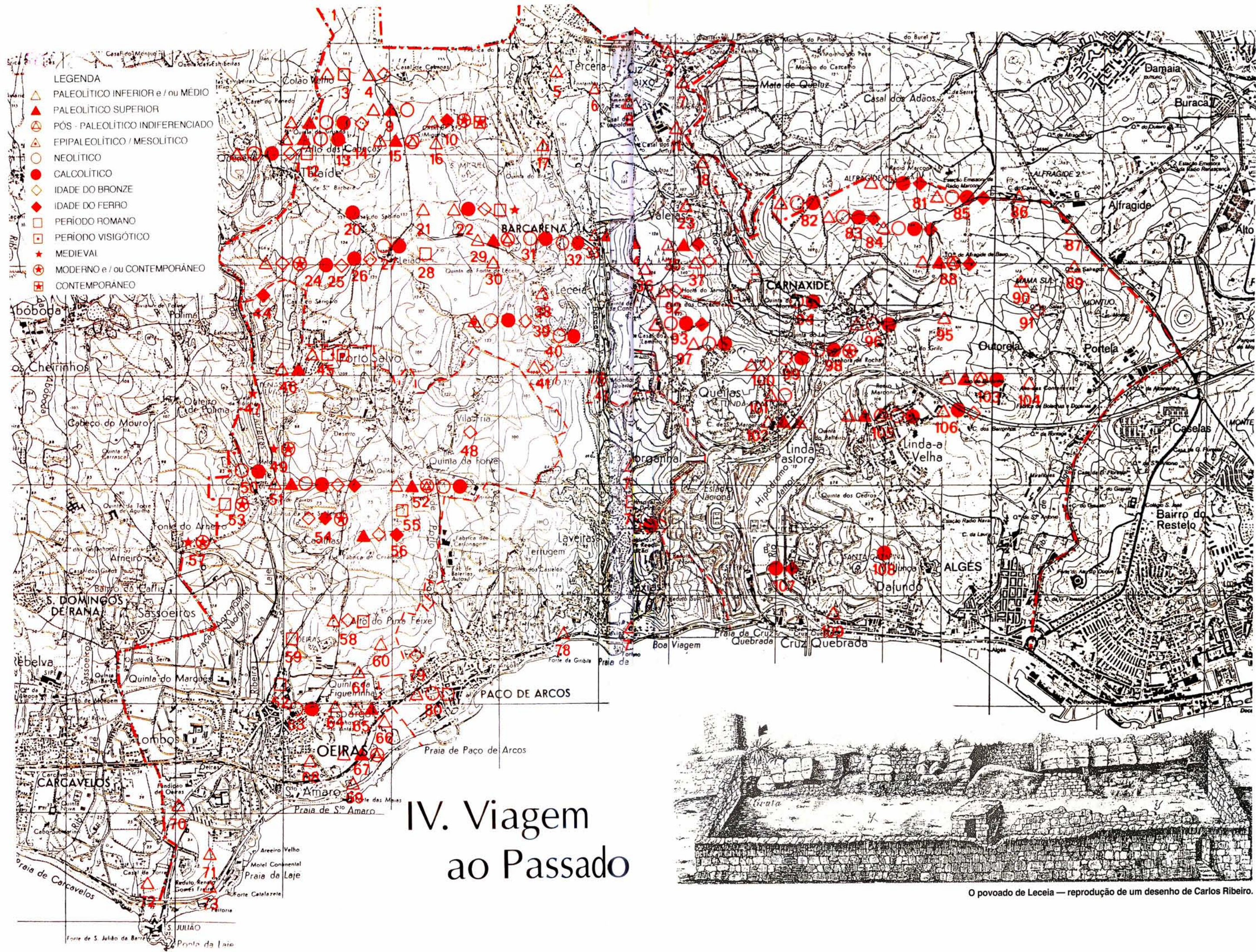
© Copyright **DSA Comercial, Lda**

Quinta da Terrugem, Lt. 43 - R/C Esqº. 2780 OEIRAS

Telefº.(01) 4428751 - 4428165 Fax. (01) 4428165

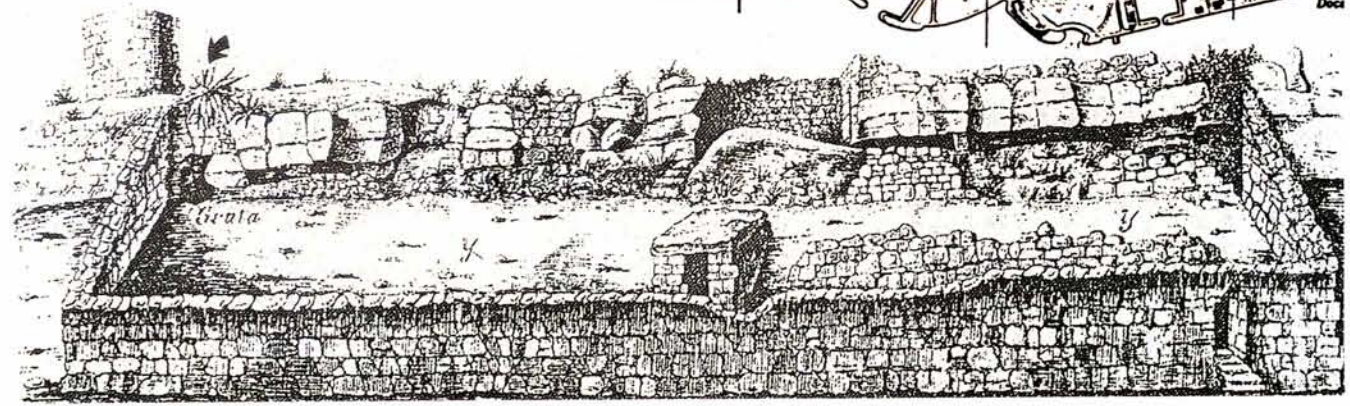
Não está permitida a reprodução total ou parcial deste livro,
sem autorização prévia por escrito do titular do copyright.

Depósito Legal n.º 85233/94



- LEGENDA
- ▲ PALEOLÍTICO INFERIOR e / ou MÉDIO
 - ▲ PALEOLÍTICO SUPERIOR
 - PÓS - PALEOLÍTICO INDIFERENCIADO
 - △ EPIPALEOLÍTICO / MESOLÍTICO
 - NEOLÍTICO
 - CALCOLÍTICO
 - ◇ IDADE DO BRONZE
 - ◆ IDADE DO FERRO
 - PERÍODO ROMANO
 - ▣ PERÍODO VISIGÓTICO
 - ★ MEDIEVAL
 - ☆ MODERNO e / ou CONTEMPORÂNEO
 - ⊠ CONTEMPORÂNEO

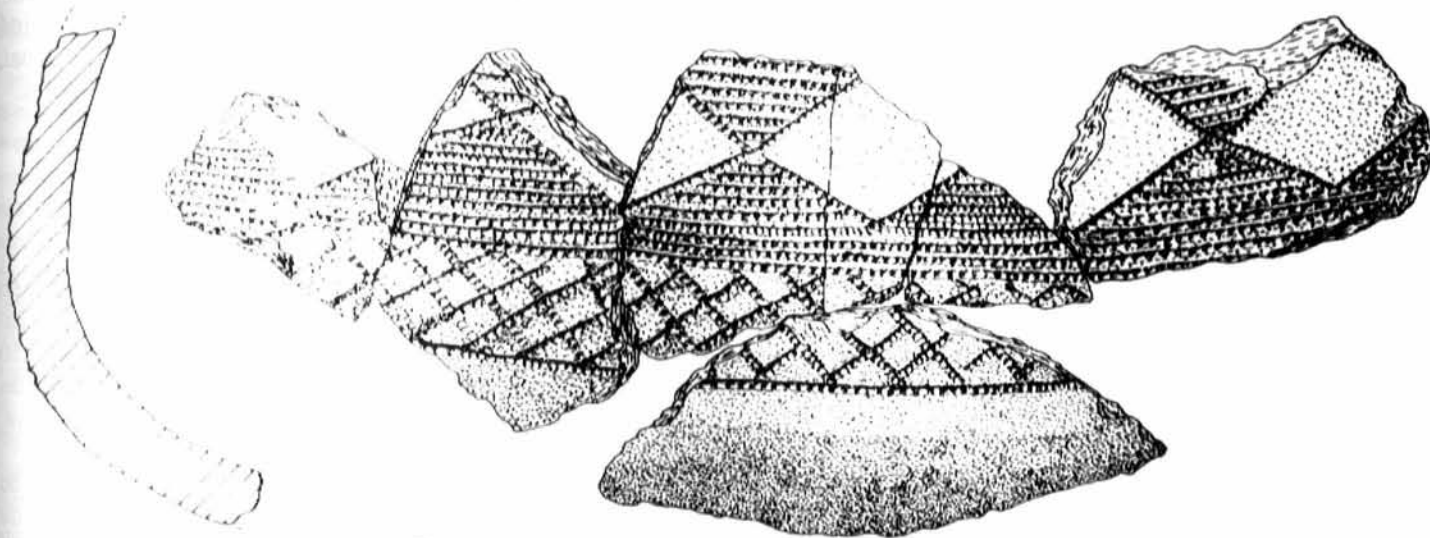
IV. Viagem ao Passado



O povoado de Leceia — reprodução de um desenho de Carlos Ribeiro.



O Castro de Leceia



Leceia: Cerâmicas campaniformes do final do Calcolítico: grande taça tipo Palmela com decoração incisa. Desenho de B. Ferreira

Oeiras foi, ao longo dos séculos e milénios, palco de grande movimentação de gentes, portadoras dos mais variados estádios culturais, que lá se fixaram ou de lá partiram, em circunstâncias nem sempre esclarecidas.

Embora ficassem, indiscutivelmente assinalados, períodos, lugares, espaços, realizações e eventos da maior importância, o que se conhece da evolução sofrida, desde os primeiros tempos / vestígios da presença humana, não consente uma representação contínua e linear, nem contem a chave de mutações e transformações ocorridas e cuja relevância foi vital no quadro da ocupação deste território.

De qualquer modo, são abundantes e ricas as notícias que nos chegam do muito que ocorreu nesta zona acolhedora, pelas suas privilegiadas condições naturais. Quer quanto a formas de cultura e arte, quer quanto à capacidade técnica e à organização social dos que a habitaram por muito ou pouco tempo.

Do ensaio "ESTRATÉGIA DA OCUPAÇÃO DO ESPAÇO NA ÁREA DO CONCELHO DE OEIRAS. DO PALEOLÍTICO AO PERÍODO ROMANO" da autoria de **João Luis Cardoso**, coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (CMO), e com a sua amável anuência, transcrevemos o texto que segue, do maior interesse para esta Viagem ao Passado por terras de Oeiras:

Os Tempos Pré-Históricos

As excelentes condições naturais oferecidas pela região ribeirinha do estuário do Tejo constituíram, desde o Paleolítico inferior, factor decisivo para a ocupação humana. Clima ameno, mais frio e seco nos períodos correspondentes ao desenvolvimento de glaciares nas regiões setentrionais peninsulares; colinas suaves, caracterizando território de fácil acessibilidade; solos férteis, sobretudo na margem norte, derivados em grande parte de rochas basálticas que afloram de Loures a Oeiras e Cascais; rede hidrográfica favorável à circulação de bens e pessoas, até época recente, facilitando o acesso ao estuário; e, por último, a fácil comunicação com o Oceano, foram razões determinantes para que a região ribeirinha do estuário do Tejo, especialmente a margem norte, se constituísse, desde cedo, como poderoso elemento de fixação de populações e privilegiada via de acesso ao interior do território, propícia à exploração das suas riquezas e ao escoamento dos seus produtos.

Este trabalho constitui um ensaio sobre a evolução do povoamento da região, especialmente no que concerne à área actualmente ocupada pelo Concelho de Oeiras, ao longo das sucessivas etapas culturais conhecidas pelos seus diversos povoadores. Obviamente que a restrição ao espaço geográfico aludido é puramente artificial; daí que tenhamos recorrido, quando tal se tornava indispensável, a referências à região envolvente.

Nos últimos anos, a qualidade de informação de índole arqueológica relativa ao Concelho de

Oeiras melhorou de forma notável, tanto em qualidade como em quantidade. Tal facto fica a dever-se à criação de uma estrutura camarária, o Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras, fruto do apoio dispensado, globalmente, pelos Executivos Camarários e, em especial, pelo Dr. Isaltino Morais que, ano após ano, tem acompanhado pessoalmente o nosso trabalho.

OS VESTÍGIOS

Paleolítico Inferior

Alguns dos vestígios paleolíticos encontrados no Concelho de Oeiras contam-se entre os mais antigos do território português e, mesmo, do continente europeu. Consistem em seixos singelamente trabalhados, rolados após o talhe pelo mar — indício de serem anteriores a tal acção — e depositados a altitudes de 140 a 150 m acima do nível actual, em plataformas hoje quase totalmente desaparecidas. Os vestígios mais importantes foram recolhidos no Alto de Leião — Paço de Arcos, tendo sido já objectivo de publicação (*Cardoso e Penalva, 1979*).

Mais recentes são os materiais recolhidos em diversos locais do Concelho, à superfície dos terrenos do Complexo Basáltico de Lisboa, extensa mancha que se prolonga até ao Concelho de Loures. Estudo de conjunto das estações paleolíticas correspondentes a tais afloramentos foi recentemente publicado (*Cardoso, Zbyszewski e André, 1992*). Remontam a várias fases do Acheulense e correspondem a peças de quartzito e, sobretudo, de sílex, aproveitando nódulos provenientes dos calcários cretácicos subjacentes.

Em restos de depósitos de praias elevadas, como as anteriormente referidas, mas a altitudes mais baixas, portanto mais recentes, mais perto do litoral actual, recolheram-se também indústrias líticas do Paleolítico inferior. O local mais importante situava-se no Alto da Barra, tendo desaparecido no decurso da construção da urbanização ali iniciada em 1972. Os materiais então por nós recolhidos, conjuntamente com outros, recolhidos na década de 1940 (*Breuil e Zbyszewski, 1945*) aguardam publicação (*Cardoso, Zbyszewski, Leitão e North, 1993*). Tratava-se de restos de uma praia levantada à cota de 25-30 m, o que a situa no interglaciário de Mindel-Riss (cerca de 300.000 anos).

Por último, nas cascalheiras das praias actuais do Concelho, da Cruz Quebrada a Carcavelos, encontraram-se numerosas peças paleolíticas roladas pelo mar actual. Trata-se de materiais remobilizados, em parte através das linhas e água que sulcam, de Norte para Sul, a área do Concelho. Foram, igualmente, objecto de publicação (*Zbyszewski, Penalva e Cardoso, 1979*).

Paleolítico Médio

O Paleolítico médio está representado, no Concelho, por um conjunto de estações situadas nos locais ocupados no Acheulense; Tal facto evidencia uma continuidade da ocupação do território, mormente na área basáltica, onde se concentram os vestígios; tal como anteriormente, trata-se, essencialmente, de indústrias de sílex, ocupando o quartzito, sob a forma de seixos rolados, posição secundária. Uma das jazidas mais importantes, onde as afirmações anteriores se encontram bem documentadas é a de Linda-a-Pastora, já publicada (*Zbyszewski e Cardoso, 1987*).

Paleolítico Superior

Apenas um local ofereceu, até ao presente, materiais característicos do Paleolítico superior. Trata-se da gruta da Lage, explorada na segunda metade do século passado por Carlos Ribeiro e na qual foram recolhidas algumas peças solutrenses, e como tal reconhecidas na década de 1940 (*Breuil e Zbyszewski, 1942*).

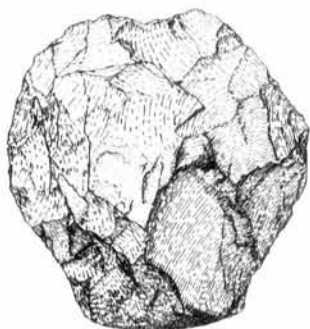
As séries mais recentes das estações da região basáltica são integráveis em um Paleolítico superior indiferenciado, por ausência de peças características.

Epipaleolítico e Mesolítico

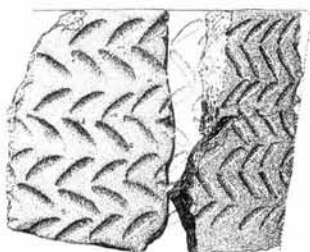
O curto lapso de tempo, cerca de 4.000 anos, que medeia o fim da última glaciação do começo do Neolítico na Estremadura portuguesa, não está bem documentado na região de Oeiras. Tal não significa, porém, que estivesse desabitada, o que não é aceitável.

Neolítico

Do Neolítico, apenas a fase terminal está representada. Trata-se do nível de base dos povoados de Leceia (*Cardoso, 1989*) e de Carnaxide (escavações do signatário), cujos materiais, donde se salientam taças carenadas e vasos de bordo denteado, se situam no final do 4º milénio a.C. (datações e C 14 calibradas). A uma fase inicial do Neolítico poderá pertencer a oficina de talhe de sílex de Barotas - Leceia, a atendermos à presença de uma ponta transversal de flecha (*Cardoso e Costa, 1992*).



Alto das Cabeças: Raspadeira nucleiforme sobre seixo. Acheulense superior. Quartzito. Desenho de B. Ferreira.



Leceia: Copo com decoração de "folha de acácia". Calcólítico pleno da Estremadura. Desenho de B. Ferreira.

Calcolítico (Idade do Cobre)

A estação mais importante em toda uma vasta área que ultrapassa largamente os limites do Concelho é o povoado pré-histórico de Leceia (Cardoso, 1989).

As campanhas de escavação ali realizadas anualmente desde 1983 — em 1992 efectuou-se a 10ª — vieram demonstrar a importância excepcional, do ponto de vista científico e patrimonial, deste arqueossítio, situando-se entre um dos mais notáveis do Mediterrâneo ocidental para a compreensão da génese e desenvolvimento das primeiras sociedades de carácter proto-urbano. Ao longo dos cerca de 1.000 anos de ocupação, entre cerca de finais do 4º e do 3º milénios a.C., encontram-se representadas três fases culturais em continuidade: para além da fase neolítica, antes referida, trata-se da Fase II, do Calcolítico inicial da Estremadura e da Fase III, do Calcolítico pleno da Estremadura.

O apogeu do povoado verificou-se no Calcolítico inicial, situável no decurso da primeira metade do 3º milénio a.C., com base nas datações de C 14 calibradas, já publicadas (Cardoso, 1989). Nesta fase cultural integram-se três momentos construtivos principais, no decurso dos quais se assiste à construção e, depois, ao progressivo reforço do imponente dispositivo defensivo, denotando agravamento da instabilidade social, com o aumento das potenciais situações de conflito, algumas delas bem documentadas (Cardoso, Cunha e Aguiar, 1991).

Paralelamente é, porém, nítida, a crescente degradação da qualidade construtiva, prenunciando o declínio do povoado.

A fase cultural seguinte corresponde ao Calcolítico pleno da Estremadura. Tal como a mais antiga, encontra-se apenas representada por um momento construtivo, geralmente limitado a pequenas construções habitacionais de carácter precário.

O abandono definitivo do povoado deve ter-se verificado no final desta fase, no último quartel do 3º milénio a.C., aquando da eclosão das cerâmicas campaniformes no ocidente peninsular. Tais cerâmicas, escassamente representadas em Leceia, devem atribuir-se à passagem episódica de pequenos grupos humanos, num momento em que as construções defensivas, culminando um lento e prolongado período de declínio, se encontravam em grande parte arruinadas.

O grande valor científico deste arqueossítio não é inferior ao seu valor patrimonial. Com o objectivo de rentabilizar tal espaço, como ponto de encontro cultural ou, tão-somente, de lazer, deu-se início em 1988 a um programa geral de reconstrução das estruturas, com o objectivo de as tornar mais perceptíveis para o público visitante. A metodologia e objectivos destes trabalhos foi objecto de trabalho específico (Cardoso, 1991).

Idade do Bronze

A baixa península de Lisboa, mercê das condições propícias antes aludidas constituiu, para as populações agrícolas da Idade do Bronze Final, no último quartel do 2º milénio a.C., um excelente local de fixação. É assim que se explicam as numerosas ocorrências, correspondentes a pequenas estruturas rurais (a designação de «casais agrícolas» parece adequada). No Concelho de Oeiras, alguns destes locais eram de há muito conhecidos, embora insuficientemente referenciados (Marques e Andrade, 1974), tendo outros sido identificados no decurso do levantamento arqueológico sistemático a que procedemos da área concelhia em colaboração com Guilherme Cardoso (Cardoso e Cardoso, 1993).

Idade do Ferro

A exploração agrícola intensiva e extensiva parece ter sido, também, a principal actividade das populações cuja presença está documentada no final da 1ª Idade do Ferro (séculos VI e V a.C.). Assim sugerem as características dos dois locais objecto de escavações de emergência — e dos escassos investigados em toda a região de Lisboa — Outurela I e Outurela II (Cardoso, 1987; Cardoso, 1990). Dentre os materiais exumados, são quase exclusivos os produtos cerâmicos feitos ao torno rápido, cuja tipologia atesta marcado regionalismo. Com efeito, estão ausentes recipientes importados, de origem fenícia, como os recolhidos noutros locais, com ocupações anteriores, da área estuarina (Cardoso, 1990; Amaro, 1993; Barros, Cardoso e Sabrosa, 1993; Cardoso e Carreira, 1993).

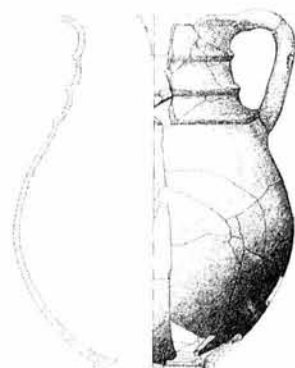
A ESTRATÉGIA DE OCUPAÇÃO

Os vestígios mais importantes, sumariamente referidos anteriormente, documentam a evolução da estratégia de ocupação humana no território de Oeiras. É esta evolução, condicionada por necessi-



Leceia: Ídolo cilíndrico de calcário com a representação do órgão sexual feminino — peça única nos inventários calcolíticos portugueses. Calcolítico pleno.

Outurela: Jarro de cerâmica cinzenta fina, de toque metálico. Idade do Ferro. Desenho de B. Ferreira.



dades ou exigências económico-sociais, que seguidamente procuraremos caracterizar nos seus traços gerais.

Os testemunhos mais antigos demonstram a presença humana, há mais de 1,0 milhões de anos, em litorais planos e arenosos, que então bordejavam um vasto golfo flúvio-marinho. O Homem encontraria ali, através da recolheção, parte substancial da sua base alimentar.

Nas centenas de milhares de anos que se sucederam, no decurso das várias fases do Acheulense, sem abandonar o litoral, onde encontraria facilmente alimento, progrediu para o interior do território. Tal ocupação privilegiou a área correspondente aos afloramentos do complexo Basáltico de Lisboa, por oposição aos terrenos calcários envolventes. Tal explicação poderá fundamentar-se no facto dos afloramentos basálticos constituírem relevos ondulados pouco acidentados, com toalhas de água superficiais, portanto com abundância de nascentes, constituindo excelente território de caça. Ao contrário, nos terrenos calcários, mais escarpados e escassos de água, desenvolver-se-ia uma vegetação arbustiva e espinhosa, pouco propícia à presença de caça e à circulação do Homem, dela dependente. Tal modelo de ocupação persistiu até, pelo menos, o final da última glaciação; o Homem, enquanto recolector puro, encontraria naquela região, os recursos cinegéticos de que dependia, em grande parte. Apenas nos momentos de maior rigor climático, no decurso de curtas vagas de frio que se fizeram sentir na última parte do Würm, entre cerca de 23.000 e cerca de 18.000 anos antes do presente (*Cardoso, 1993*), o Homem teria procurado o refúgio das grutas; os materiais solutrenses da Gruta da Lage atestam-no.

A lacuna correspondente à ocupação pré-histórica da área concelhia até ao final do Neolítico impede de conhecermos os locais onde se fixaram as primeiras comunidades produtoras; contudo, a exploração organizada dos recursos era já uma realidade, exemplificada pela oficina de talhe de artefactos de sílex, identificada em Barotas, junto a Leceia. Provavelmente, à semelhança do verificado noutros pontos do país, seriam a parte inferior das encostas e os vales, locais sem condições naturais de defesa, os locais preferidos. Tal situação ter-se-á alterado no Neolítico final, onde voltamos a dispor de registo arqueológico.

Segundo os elementos que possuímos, neste período verifica-se, na região, a ocupação simultânea de sítios baixos e de sítios de altura, estes anteriormente desocupados. Como exemplo, citam-se o povoado da Parede (Cascais), sem condições naturais de defesa e os de Leceia e Carnaxide, situados em esporões calcários, debruçados sobre importantes cursos de água, respectivamente a ribeira de Barcarena e o rio Jamor.

Tal evolução no povoamento, denunciando preferência crescente por sítios naturalmente defendidos, deverá ser interpretada á luz das alterações sócio-económicas que a determinaram. Com a melhoria da tecnologia de produção — a chamada Segunda Revolução Neolítica, ou Revolução dos Produtos Secundários — foi possível aumentar a produção e, deste modo, a criação de excedentes, que requeriam acautelamento para fazer face aos períodos de dificuldade. Por outro lado, a criação deste sobreproduto económico teria possibilitado, à comunidade, a manutenção, no seu seio, de elementos não directamente relacionados com as actividades produtivas, reunindo-se assim as condições objectivas para a génese e desenvolvimento das primeiras sociedades diferenciadas socialmente.

A construção da fortificação calcólítica de Leceia, única em um raio de cerca de 50 Km, indica, repetimos, a existência de um apreciável sobreproduto económico, certamente resultante do desenvolvimento de uma economia agro-pastoril: as actividades agrícolas estão documentadas pela presença de mós manuais, sachos de pedra e elementos de foice; a criação de gado encontra-se atestada pela existência de abundantes restos ósseos de ovinos, caprinos, suínos e bovinos, sendo subsidiada pela caça (veado, javali, auroque, urso, coelho e linco, este último, certamente apenas para o aproveitamento da pele) e ainda pela recolheção de moluscos e pela pesca, no estuário.

A acumulação de recursos, bem como a crescente complexificação da comunidade, encontra-se demonstrada pela construção, de uma só vez, do monumental complexo defensivo de Leceia, exigindo a disponibilização maciça de mão-de-obra durante um longo espaço de tempo. Este arqueossítio, tal como outros existentes tanto na Estremadura como noutros pontos do país, ilustram a existência das primeiras situações de carácter bélico (*Cardoso, Cunha e Aguiar, 1991*), arqueologicamente não detectáveis até aos finais do Neolítico. Estamos, por conseguinte, perante uma sociedade hierarquizada e talvez organizada segundo modelo tribo-patriarcal (*Silva, 1983; Cardoso, 1987, 1989*). Podemos entrever em Leceia a génese das sociedades proto-urbanas de raiz mediterrânica, plenamente afirmadas na Idade do Bronze.

Apenas o início da Idade do Bronze Final está documentada no território de Oeiras. A jazida até agora melhor conhecida, situada já na área limítrofe, é a da Tapada da Ajuda, em Lisboa (*Cardoso, Roque, Peixoto e Freitas, 1980 / 81; Cardoso, Rodrigues, Monjardino e Carreira, 1986*).

Condições particularmente favoráveis de solo, clima e relevo explicam a preferência de novo dada — embora por razões diversas — aos terrenos do Complexo Basáltico de Lisboa. Aí seria possível a

exploração intensiva e extensiva da terra e a criação de gado (bovino, suíno e ovi-caprino). A vida quotidiana decorreria, pois, de forma sedentária e pacífica em pequenas unidades agrícolas de cariz familiar, denotando um povoamento disperso nesta fértil região.

Integrando sociedade já fortemente hierarquizada, tais populações dependeriam, eventualmente, de um centro político-militar, ainda não cabalmente localizado, onde se instalaria a classe dirigente, a partir do qual administraria um determinado território.

Culminando um crescente processo de estratificação social iniciado no Calcolítico, o modelo de «chefaturas» parece adequar-se às evidências recolhidas, possuindo, na mesma época, paralelos na região alentejana (*Parreira, 1983*).

É sobre este «fundo cultural», prolongado na última fase do Bronze Final (período proto-orientalizante da Andaluzia) pelo aparecimento das cerâmicas de «retícula brunida», de que não se recolheram exemplares nesta região, que se irão exercer as primeiras influências de origem oriental ligadas ao comércio de produtos fenícios, incluindo a introdução do ferro e das cerâmicas feitas ao torno rápido. Segundo os elementos disponíveis, e tal como para o Bronze Final, podemos considerar dois momentos distintos (*Cardoso, 1990; Cardoso e Carreira, 1993*): em um momento inicial, no decurso do século VII a.C., relacionado com um importante comércio marítimo de que são testemunho materiais cerâmicos de origem fenícia, são ocupadas algumas colinas em torno do estuário, como em Lisboa e em Almada; em um momento ulterior, no decurso dos séculos VI e V a.C., é ocupado todo o território interior e, especialmente, os férteis terrenos basálticos (a menos que estes nunca tivessem deixado de o ser) por populações essencialmente agrícolas, como no Bronze Final. Dos escassos locais investigados avultam os dois conhecidos no Concelho de Oeiras, cujo o espólio documenta produções cerâmicas estritamente locais ou regionais e, assim, o *terminus* das importações orientais (relacionado com a crise que abalou o Mundo Fenício no século VII a.C.).

Até ao advento do Período Romano a lacuna dos nossos conhecimentos quanto à ocupação do Concelho é completa. Com a «pax» romana voltam a preferir-se os terrenos que, pela sua aptidão agrícola, melhor serviam os interesses das populações.

Na região oeirense consolidava-se, deste modo, uma das principais características do povoamento — a ruralidade — que não mais se perderia até (quase) à actualidade.

A ACÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS

Para salvaguardar, valorizar, investigar e divulgar o património arqueológico do Concelho foi criado o Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras, um serviço dependente directamente da Presidência. Nesta decisão, pesaram os seguintes objectivos:

1- No domínio da inventariação, estudo e protecção do património arqueológico do Concelho de Oeiras:

— Inventariação cartográfica dos imóveis de interesse arqueológico; trata-se de tarefa que jamais se poderá considerar concluída, revestindo-se de particular importância o acompanhamento de todas as obras que impliquem movimentações de terras, como de facto tem sido feito; esta preocupação teve corolário na recente publicação (1993) da Carta Arqueológica do Concelho de Oeiras;

— Inventariação, restauro e arquivo de espécies arqueológicas que venham a ser obtidas, no âmbito das actividades do Centro;

— Elaboração de estudos e pareceres sobre o património arqueológico concelhio, incluindo colaboração no estudo do impacte arqueológico de grandes obras públicas a realizar no Concelho, como tem sido regra (colaboração com a BRISA no estudo do impacte arqueológico da CREL, e com o Instituto Nacional da Água no estudo do impacte arqueológico das obras da 2ª Fase do Saneamento da Costa do Estoril);

— Elaboração de artigos científicos, sobre materiais ou jazidas arqueológicas da área concelhia, consubstanciada numa já importante produção publicada;

— Realização de escavações arqueológicas, integradas em Projectos de Investigação, ou com carácter de emergência, ouvido o Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico;

— Apoio e participação efectiva em todos os trabalhos de investigação arqueológica promovidos por outros arqueólogos.

2- No domínio da valorização lúdico-cultural do património arqueológico e da sua conservação:

— Motivar o interesse das populações, especialmente em idade escolar, através da promoção de acções de divulgação de que são expoente as desenvolvidas no povoado pré-histórico de Leceia, desde 1988;

— Exposições, visitas guiadas e intercâmbio com outras Instituições e Museus;

— Elaboração de folhetos de grande tiragem;

- Apoio à implementação a acções de formação, designadamente através de actividades extra-escolares (jovens OTL e OTJ);
- Manutenção do espaço arqueológico e museológico de Leceia e apoio na organização e gestão de outros, que venham, eventualmente, a ser criados;
- Publicação de uma série monográfica, os “Estudos Arqueológicos de Oeiras”, editados pela Câmara Municipal de Oeiras, desde 1991, e de que vieram a lume, até ao presente, quatro volumes, claramente demonstrativos da actividade científica realizada e do empenho e rigor postos na investigação e na divulgação dos valores arqueológicos do Concelho de Oeiras.

O Centro de Estudos Arqueológicos tem-se afirmado, igualmente, pela colaboração prestada a outros serviços da Câmara Municipal de Oeiras e pela frequência com que se vem associando à representação pública da autarquia.

AINDA LECEIA ... E CARLOS RIBEIRO

Ressalta do texto acima transcrito que o território correspondente ao actual Concelho de Oeiras foi cenário escolhido de persistente, se não permanente, presença do homem pré-histórico, realidade a que não faltam motivações — comuns, de resto, a toda a Região de Lisboa, em que se enquadra. As condições naturais, particularmente favoráveis, terão sido determinantes nessa escolha, comprovada por inumeráveis e importantes vestígios da actividade humana nos diferentes estádios da sua evolução em tão vasto espaço tempo-

ral.

Entre tais vestígios e como atrás se referiu — o povoado fortificado de Leceia representa a peça mais valiosa do património arqueológico do Concelho, facto reconhecido desde meados do século passado. Foi, aliás, em 1860 — tempos depois de haver assinalado a existência do castro — que o arqueólogo e pré-historiador Carlos Ribeiro aí efectua os primeiros trabalhos, prolongados, pelo menos, até 1878, ano em que a “Notícia da Estação Humana de Licêa” integra uma sua importante comunicação, apresentada à Academia Real de Ciências de Lisboa.

Submetido a diversas escavações — que somente a partir de 1983 e face à iminente destruição da jazida se tornaram sistemáticas — o Castro de Leceia foi classificado como imóvel de interesse público por Decreto de

25 de Outubro de 1963. Porém e tal como as demais fontes de vestígios / produtos arqueológicos do Concelho, permaneceu praticamente ignorado da população local — situação a que a actividade do citado Centro de Estudos vem procurando alterar com justificado êxito.

Apenas algumas palavras sobre CARLOS RIBEIRO, que nasceu em Lisboa (freguesia da Lapa) em Dezembro de 1813, de família muito humilde. O seu primeiro emprego teve-o, aos dez anos, como marçano, mal sabia ler, mas um indomável interesse pelo saber, alterou o rumo da sua vida.

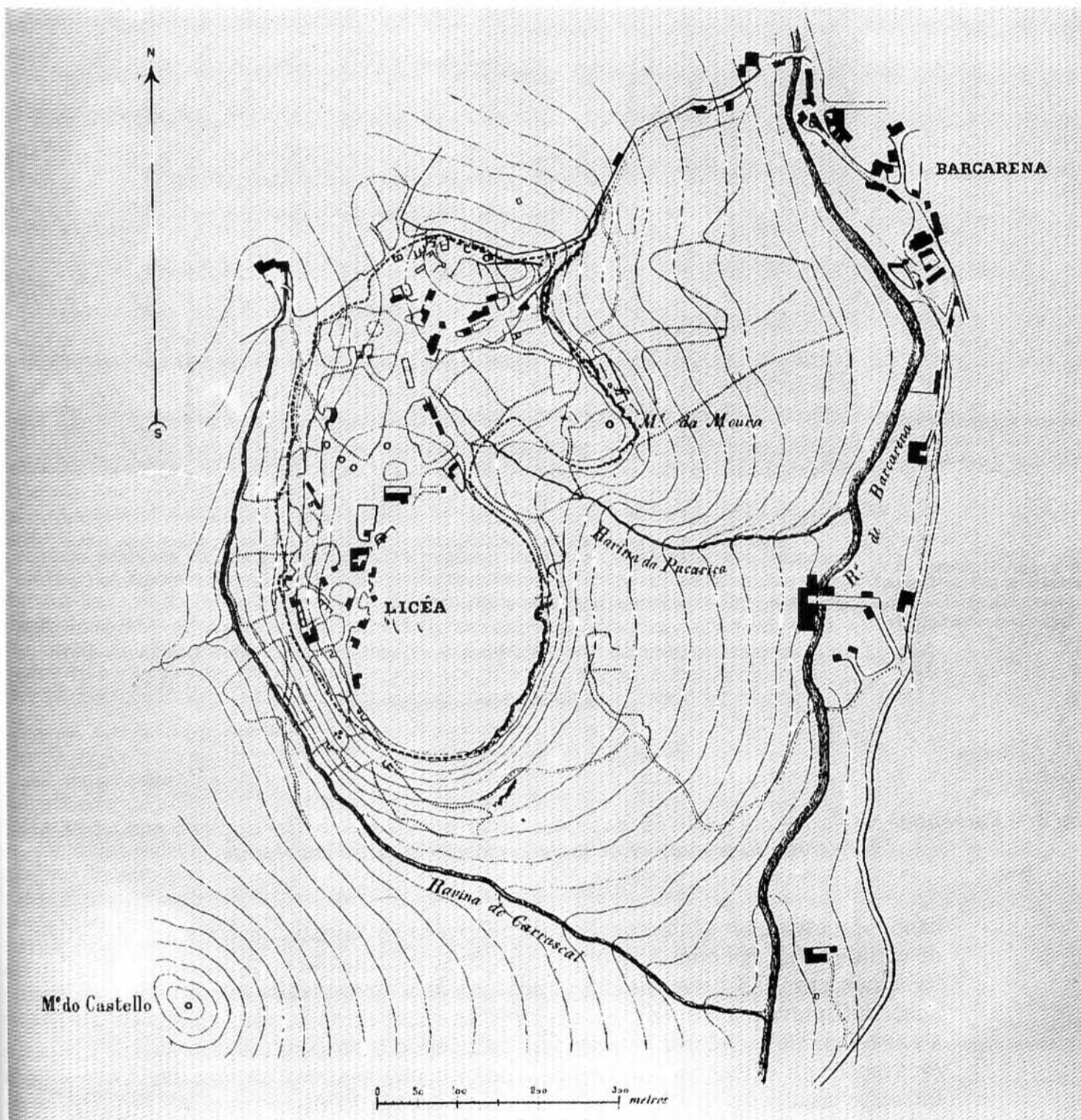
Assentou praça, como soldado, em 1833, andou nas lutas liberais até à Convenção de Évora Monte, fez estudos militares, foi oficial do exército e, ao morrer, em 1882, tinha o posto de general. Anselmo Braancamp, quando chefe do governo, quis fazê-lo ministro das Obras Públicas, mas Carlos Ribeiro sempre preferiu a actividade científica à vida militar ou política.

Em 1844, fizera estudos práticos de geologia, reunindo uma primeira colecção de rochas e fósseis; depois, e



Castro de Leceia - vista parcial.

ao longo de quase quarenta anos, desempenhou funções técnicas em diversos departamentos, teve papel preponderante no levantamento da carta geológica de Portugal e na organização dos serviços geológicos. As suas constantes viagens pelo país despertaram nele o interesse e o amor pelo espólio arqueológico nacional, podendo considerar-se, sem favor, o sistematizador dos estudos da geologia e da pré-história em Portugal, tendo o seu trabalho abrangido todas as épocas e diversas regiões do país. É autor de numerosas publicações técnicas, a primeira das quais data de 1850.



Planta de Carlos Ribeiro com a delimitação, a tracejado, do que supunha ser a linha do antigo entrincheiramento pré-histórico. Incluída na monografia publicada em 1878.

Os Tempos Históricos

Diversos foram os povos que, já em tempo histórico e com diferentes estatutos de permanência e penetração, marcaram presença na península de Lisboa e noutras regiões do país. Oeiras foi, naturalmente e pelo conjunto de razões já invocadas, uma das áreas de fixação, adaptada às circunstâncias de cada caso.



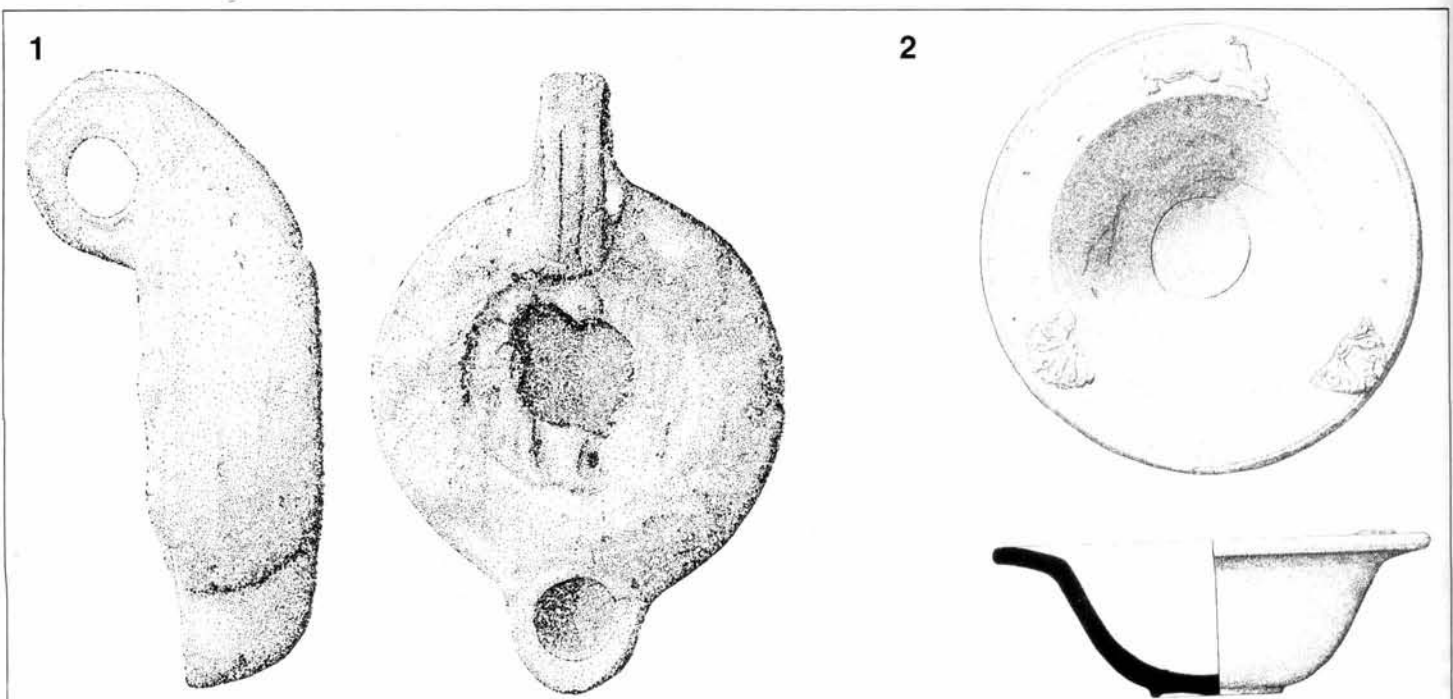
Pormenor do mosaico romano da Rua das Alcássimas, no centro de Oeiras - estado actual.

Romanos ...

Sol Aveso - Porto Salvo:
Cerâmicas do Período Romano.
1- Lucerna, com figuras no disco.
2- Taça de *terra sigillata clara*.
Desenho de B. Ferreira.

Vencedores dos cartagineses, os romanos deixaram a sua ocupação assinalada em vários locais de Oeiras, embora ainda não suficientemente investigada. Este período está documentado no Concelho por monumentos epigráficos, necrópoles e *villae rusticae*.

A *villa romana* de Oeiras, é a mais conhecida, dela se salientando o trecho de mosaico policromo da Rua das Alcássimas (Vasconcelos, 1916), recentemente estudado no âmbito das actividades do Centro de



Estudos Arqueológicos (*Cardoso e André*, 1993, no prelo).

Diremos, desse mosaico que se trata de uma peça tardia de superior beleza e originalidade, classificada por Leite de Vasconcelos, como sendo do tipo "opus vermiculatum" e tendo como cores dominantes o amarelo, o branco, o laranja, o vermelho, o roxo e os cinzas.

É de presumir que no local onde o mosaico foi encontrado — juntamente com moedas de cobre, pedras gravadas, uma cabeça esculpida em mármore, etc. — tenha existido uma villa rústica (talvez um balneário) e que posteriores investigações, em curso e previstas no âmbito do Centro de Estudos Arqueológicos, tragam elementos elucidativos sobre a natureza e peso da presença romana em Oeiras. Presença sem dúvida relevante, dadas a situação da área do actual concelho no contexto regional e a circunstância de o território nacional ter sido inteiramente romanizado e por toda a parte subsistirem memórias — não necessariamente ruínas e vestígios — desse vasto período decisivo na estruturação do país. Presença, todavia ainda encoberta em Oeiras.

... E Muçulmanos

Situação esta, de certo modo semelhante à que ocorre relativamente à ocupação muçulmana, que foi uma constante na região e, praticamente em toda a Península durante mais de quatro séculos.

Ora, apesar disso, pouco se conhece da história destas terras de Oeiras até aos tempos que imediatamente antecederam ou procederam a independência de Portugal, ou seja até finais do século XII. Pode dizer-se que, da época muçulmana, restam, no Concelho, nomes, corrompidos pelo uso e limitados à toponímia.

A fertilidade dos solos locais e as formas de cultura agrícola que subsistiram séculos para lá da conquista de Lisboa e da consolidação da independência do novo país, mostram que a exploração da terra constituía ocupação dominante da população muçulmana, cuja presença maciça se manteve nos terrenos conquistados.

Profundos conhecedores de uma região onde viviam há quatro séculos, agricultores natos e detentores de conhecimentos generalizados muito superiores aos dos cristãos, conquistadores guerreiros, os mouros foram o suporte natural de uma produção agrícola, necessária à vida dos próprios lugares e ao abastecimento de Lisboa, cujo número de habitantes ia crescendo a despeito da instabilidade em que vive o Reino, na sua acesa disputa de um lugar no concerto peninsular — Lisboa que "desde muito cedo, atraiu efectivos populacionais exagerados face ao cômputo da população nacional" (1).

Note-se que a presença muçulmana foi particularmente persistente numa faixa disposta ao longo da margem direita do rio Tejo e perto da sua foz, e que, no século XV, o mouro representava ainda, importante força de trabalho nessas zonas marcadamente rurais. Como comentava o prior de Carnaxide, Pe. Francisco da Silva Figueira, embora o território estivesse cada vez mais seguro nas mãos dos nossos reis e o "cristianismo predominasse, crescido e protegido, sobre a ideia árabe", tal não impedia que no reinado de D. João I "houvesse ainda muita mourisma ao poente de Lisboa" (2).

(1) Jorge Miranda, in *Tecnologia Tradicional e Sistema de Moagem em Oeiras*, I Encontro de História, Oeiras, CMO, p. 27.

(2) F.Figueira, in *Os Primeiros Trabalhos Literários*, Lisboa, 1865, p. 11 — texto e nota.